

ÁREA TEMÁTICA: Identidades, Valores e Modos de Vida

Identidades Fracturadas: Consumidores e Abstinentes de Droga em Meio Universitário

MOURÃO, Maria Vitória

Mestre em Epidemiologia

FCM-UNL

vmourao@iscsp.utl.pt

AMARO, Fausto

Doutor em Sociologia

ISCSP

famaro@iscsp.utl.pt

Resumo

O uso de “drogas” ilícitas tem sido enclausurado na esfera do privado ou para uma territorialidade semi pública. Esta investigação em estudantes do ensino superior em Portugal relaciona representações sociais e práticas de uso de drogas. A análise de correspondências Múltipla (ACM) e a análise dos resíduos ajustados das tabelas de contingência evidenciam elevada consistência entre práticas de consumo de cannabis, tabaco, heroína ou cocaína e imagens simbólicas associadas a hedonismo individual – prazer, bem como a locais de lazer, necessidade de políticas públicas de intervenção – acção política e a rituais de uso ou a substâncias. Entre os abstinentes as associações à palavra “droga” situam-se em simulacros de anomia, moral e julgamento, dependência e a morte.

A circularidade em mimesis das metáforas atribuídas à “droga” por consumidores em oposição a não consumidores revelam elevada consistência interna na reprodução das representações nas segundas e terceiras evocações à palavra droga.

Num contexto de reflexividade social a elevada dissonância cognitiva entre consumidores e não consumidores amplifica códigos fracturantes de comunicação, codificando práticas de consumo a contextos e universos silenciosos de “insiders”.

Palavras-chave: Representações; Práticas Sociais, Droga, Universidade, Portugal





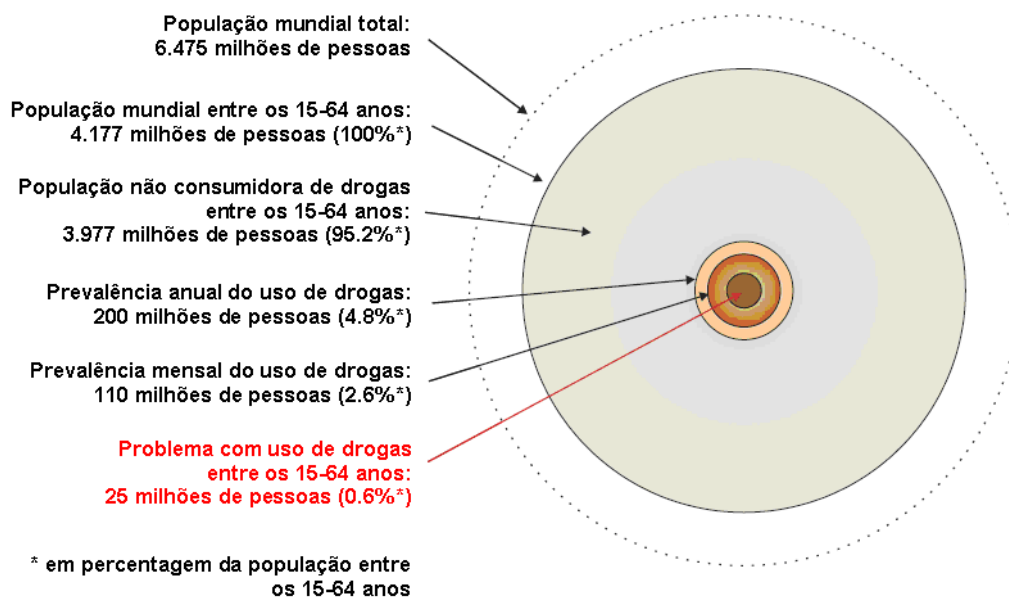
Os dados epidemiológicos dos anos oitenta (Measham, 1994) evidenciaram consumos regulares e recreativos de substâncias lícitas e contacto com ilícitas nomeadamente a cannabis entre os jovens, o que fez aumentar a população potencial de utilizadores de drogas. O surgimento de novas substâncias sintéticas como o ecstasy (MDMA) nas suas múltiplas variantes, também alargou o mercado potencial a novos contextos de uso e a novos consumidores.

Nos finais dos anos oitenta estávamos perante uma visibilidade maior e pública de amplitude da população abrangida por novas substâncias psicoactivas. Surgia, então, o paradigma da normalização do consumo de drogas como uma evidência empírica baseada nos dados do consumo dos jovens.

A droga, enquanto fenómeno social, deixa de estar confinada a populações excluídas e residuais e começa a expandir-se entre os grupos de jovens que afirmam usá-la em contextos recreativos e esporadicamente.

Os dados compilados aqui apresentam-nos uma imagem de uma dimensão estimada do uso de drogas e da amplitude do contacto com as substâncias mais importantes em termos de uso e de saúde pública. A realidade social da droga tem uma componente privada da qual a ilicitude dos territórios da droga fazem desfocar as certezas dos números que tentaremos descrever.

A United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC, 2007) estima que a prevalência anual de uso de droga entre os 4.177 milhões de indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos é de 4,8%. Dos 4,8% de indivíduos que consumiram drogas no último ano, cerca de metade (2,6%) é que regista um contacto mensal com o consumo de drogas. Dos indivíduos que tiveram contacto com drogas, 0,6% apresentam problemas com o uso de drogas, como se pode ver na Figura 2.



Fonte: UNODC, 2007.

Figura 1 - Consumo de droga ilícita a nível global (2005/2006)

Comparando estes dados com os de 2004 (UNODC, 2004), eles apresentam uma subida de 0,1% em relação ao contacto anual com drogas, que foi de 4,7%.

**Tabela 1 - Estimativa 2005/06 da prevalência anual do uso de substâncias ilícitas à escala mundial**

	Cannabis	Estimulantes tipo anfetaminas		Cocaína	Opiáceos	dos quais heroína
		Anfetaminas	Ecstasy			
(milhões de pessoas)	158.8	24.9	8.6	14.3	15.6	11.1
% da população global entre os 15-64 anos	3.8%	0.6%	0.2%	0.3%	0.4%	0.3%
Prevalência anual é a medida do número/percentagem de pessoas que consumiram drogas ilícitas pelo menos uma vez no período de 12 meses anterior à avaliação.						

Fonte: UNODC, 2007. Reproduzido de UNODC,2007

As estatísticas apontam para que seja a *cannabis* a substância mais utilizada (perto de 160 milhões de pessoas, ou seja, 3,8% da população mundial, compreendida na faixa etária dos 15-64 anos), seguida pelas ATS's -Amphetamine-Type Stimulante – (249 milhões de pessoas, 0,6% da população, no que concerne às anfetaminas, principalmente as metanfetaminas e as anfetaminas e 8,6 milhões de pessoas, 0,2% da população consomem *ecstasy*). Ligeiramente acima de 14 milhões (0,3%) de pessoas consomem cocaína e 15.6 milhões (0,4%) opiáceos (ou seja, heroína, morfina, ópio e opiáceos sintéticos), dos quais 11 milhões (0,3%) se referem somente à heroína.

Em termos de saúde pública temos uma população potencialmente afectada pelo consumo de drogas simultaneamente em expansão e mutação.

Os principais resultados estatísticos evidenciam de forma clara que os consumos estão disseminados na cultura estudantil universitária de uma forma muito próxima daquilo que Parker *et al.*, (1995, 1998 e 2002) e Measham *et al.*, (1994, 1998) e Measham (2002) chamam de “normalização dos consumos”. No entanto, a conjugação das representações da “droga” evidenciam, de forma clara, que existem associações entre consumos e práticas, mas também, que existe uma distinção clara de dissensão entre representações de quem consome e de quem não as usa.

O contexto no domínio conceptual revela-nos que o consumo de substâncias lícitas e ilícitas tem uma amplitude epidemiológica não desprezível na população em geral. Revela-nos ainda que os problemas associados ao consumo de substâncias ilícitas afectam directamente 0,6% daqueles que as experimentaram.(UNODC, 2007) Estes dois dados levam-nos a enquadrar os conceitos de risco numa sociedade em mudança, regulação social e normativa das drogas, normalização dos consumos de álcool, tabaco e *cannabis* como indicadores epidemiológicos da relação dos indivíduos com as substâncias. Esta amplitude de contacto com as substâncias a que chamamos droga leva-nos a tentar entender as representações associadas à droga, ou seja, entender o enquadramento semiótico que as metáforas da droga podem evidenciar. A relação entre estrutura de pensamentos e consumos podem ajudar-nos a evidenciar as cognições que mais diferenciam consumidores de não consumidores e na posse destes dados trabalhá-las em termos de promoção da saúde, na aceção de que a capacidade individual dos indivíduos é ela própria promotora de mudanças e de *empowerment*. .

Frisar a importância de detectar prevalências e padrões de consumo de drogas, entre a população discente universitária em Portugal, é tentar perceber a amplitude de alguns comportamentos sociais, envoltos em



teias de privacidade porque, sendo legalmente desviantes, podem constituir-se enquanto subculturas de integração. (Mourão et al., 2001) Porém, o conhecimento da amplitude dos fenómenos sócio epidemiológicos não transfigura a realidade social e simbólica socialmente construída das representações sociais associadas à “droga”.

As imagens simbólicas que construímos com base nas nossas interações sociais têm a ver com as nossas práticas sociais. À semelhança de outras práticas sociais num território em mudança, conhecer regulações e práticas pode viabilizar as relações entre o pensamento e a acção.

Neste contexto o conceito de identidade numa perspectiva interacionista simbólica emerge da teoria do ego discutida por George Herbert Mead. O ego é distintamente a capacidade que possibilita aos indivíduos reflectirem na sua natureza e no mundo que as rodeia através da comunicação e da linguagem.

A representação é uma das práticas centrais que produz cultura e é um conceito chave no chamado circuito da cultura. A relação entre cultura e representação é a de que a cultura é constituída por significados partilhados. Estes significados partilhados são as representações sociais.

A linguagem é um meio privilegiado, através do qual, damos sentido às coisas. É através da linguagem que o significado é produzido, partilhado e modificado. A linguagem tem o papel central de ser um significante da cultura que pode ser visto como um repositório dos valores culturais e dos seus significados.

A questão fulcral é a de perceber como é que a linguagem constrói os significados. A linguagem é um processo potente, por onde passam pensamentos, ideias e emoções que têm representações diversas numa cultura. Assim, a representação através da linguagem é central ao processo pelo qual os significados são representados.

A cultura incorpora o viver e o sentir das sociedades. É um somatório de grandes ideias, tal como, estão representadas na literatura, na música e na filosofia. Congrega também referências a vivências colectivas numa sociedade, aos tempos de partilha de entretenimento e prazer, que fazem com que os quotidianos da vida da maior parte dos cidadãos anónimos sejam elementos fundamentais de partilha da cultura.

Enfatizar as práticas culturais é importante. É na corporização das práticas do quotidiano que as acções tomam sentido. As identidades são formas de partilha de representações e acções que conferem laços de pertença do indivíduo a grupos ou subculturas. É, no entanto, de ressaltar, que a multiplicidade de papéis representados pelo sujeito social pode implicar a adopção de papéis aparentemente incongruentes entre si mas que conferem uma lógica individual ou grupal (Hall, 1997).

Sabemos, que as identidades culturais não são rígidas, nem muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. “...mesmo as identidades aparentemente mais sólidas como as de ‘mulher’, ‘homem’, ‘país africano’, ‘país latino-americano’ ou ‘país europeu’, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis, em última instância, pela sucessão de configurações hermenêuticas que, de época em época, dão corpo e vida a tais identidades.

Identidades são, pois, identificações em curso. Sabemos também que as identificações, para além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das definições. Quem pergunta pela sua identidade pergunta pelas diferenças hegemónicas mas, ao fazê-lo coloca-se na posição do outro, simultaneamente, numa situação de carência e, por isso, de subordinação. A questão da identidade é, assim, semi-fictícia e semi-necessária” (Sousa Santos, 1994:119).

Por regulação, entendemos as normas e as funções sociais de integração a que estamos sujeitos para coexistirmos numa sociedade inclusiva. A regulação constitui os limites de acção das múltiplas identidades.

Numa sociedade, a produção e o consumo representam dois dos aspectos fundamentais da vida em comunidade. O consumo na sociedade contemporânea é, aliás, uma parte importante na forma de evidenciar as representações da própria cultura. A produção e as estruturas de trabalho e de circulação de



bens e serviços caracterizam a estrutura social em termos da função económica que os indivíduos têm na sociedade.

As categorias acima enunciadas no circuito da cultura são interdependentes e influenciam-se mutuamente na criação de sentido partilhado, que é a formação das representações sociais. No centro do significado do processo de cultura, relacionamos os sistemas de representação. O primeiro dá-nos o significado do mundo pela construção de um conjunto de correspondências ou um cordão de associações entre as coisas, pessoas, objectos, acontecimentos, ideias abstractas e o nosso sistema de conceitos ou os nossos mapas conceptuais. O segundo nível de relação depende da forma como construímos o conjunto de correspondências entre os nossos mapas e o conjunto de signos, combinações organizadas em várias linguagens verbais, não-verbais (retratos, filmes) e a forma como elas podem ser representadas.

Concluindo, os três elementos que formam as representações são a cultura, a linguagem e os signos (Hall, 1997).

A linguagem, proporciona um modelo geral de como a cultura e a representação interagem essencialmente na conhecida abordagem semiótica. A semiótica é a ciência que estuda os signos e tem o papel de veículo de significados numa cultura. A evolução da semiótica, traduziu-se nas concepções da análise interpretativa do discurso na cultura. Os discursos são formas de referenciar o conhecimento numa perspectiva constructivista sobre um tópico principal ou uma prática. Estas formações discursivas, tal como são conhecidas definem o que é ou não apropriado nas nossas práticas em relação a qualquer assunto ou actividade social. No fundo, o que o conhecimento considere útil, relevante e verdadeiro nesse contexto. A análise discursiva (Foucault, 1980) tornou-se o termo utilizado para se referenciar a representação do significado e da cultura numa perspectiva constitutiva. Existem algumas similaridades mas também diferenças entre a semiótica e a abordagem do discurso. A semiótica está preocupada com a forma *como* a representação se produz, como a linguagem confere significado – é o que já foi chamado de poéticas – ou seja, o significado simbólico das palavras enquanto poesia. Por outro lado, a abordagem discursiva está mais concentrada nos *efeitos* e nas *consequências* da representação, ou seja, as suas políticas.

“Agora eu acredito que o ponto de referência de alguém não deverá ser o grande modelo da linguagem e dos signos mas o modelo da batalha ou da guerra. A história por detrás do discurso configura e determina-nos nas formas de conflito mais do que a linguagem: relações de poder, não relações de significado...” (Foucault, 1980: 114)

A abordagem constructivista examina não só a linguagem e a representação que produz significado, mas também, o conhecimento que é um discurso específico e particular e a forma como ele se relaciona com o poder, os processos de regulação e de conduta, ou seja, traduz as construções identitárias e as subjectividades e define, de certa maneira, a forma como as coisas são representadas, pensadas, praticadas e estudadas. A ênfase na abordagem do discurso tem, muitas vezes, uma abordagem histórica de uma forma particular de representação. Não é a linguagem que é o tema central, mas as *específicas linguagens e seus significados*, ou seja, os códigos das subculturas e a forma como estes conceitos são utilizados em tempos e espaços específicos.

Para além destas abordagens, existem outras duas importantes: a abordagem reflexiva ou mimética das representações da linguagem, que liga o mundo dos objectos, das pessoas e dos acontecimentos e a perspectiva intencional, que relaciona o propósito com que o comunicador representa a acção (Saussure, 1959).

O pós-modernismo e o trabalho de Jean François Lyotard e de Jean Braudillard, bem como os trabalhos dos pós-estruturalistas Jacques Lackan, Roland Barthes, Michael Foucault e Jaques Derrida, constituem-se como crítica sociológica mas as suas investigações têm-se afastado da realidade empírica. É dito que envolve uma erosão final das fronteiras entre os conhecimentos e as práticas de ciência e outros conhecimentos de outros domínios e, então, persegue reclamações de verdade de que a Ciência Social ‘beneficia por não



garantir evidência ou garantias de privilégio cognitivo' e que a Sociologia é bastante livre para contar as histórias que entender sobre mudança ou qualquer outro assunto (Scott *et al* , 2005).

A noção de desconstrução surge pela primeira vez na introdução à tradução de 1962 da "Origem da Geometria", de E. Husserl. A desconstrução não significa destruição, mas sim, desmontagem dos elementos da escrita. A desconstrução serve, nomeadamente, para descobrir partes do texto que estão dissimuladas e que interdita certas condutas. Esta metodologia de análise centra-se apenas nos textos.

Jacques Derrida, (1967) na sua abordagem pós-modernista, assinala que a teoria da desconstrução consiste em desfazer o texto, a partir do modo como este foi organizado originalmente para que, assim, sejam revelados seus significados ocultos. O discurso e o conhecimento necessitam ser construídos de forma diferenciada. Derrida focaliza as suas interpretações na estruturação e lógica dos textos, por serem estas as fontes primárias dos discursos políticos, sociais e culturais. Também é através dos textos que os actores sociais transmitem as suas ideias como um reflexo dos seus pensamentos. O autor, influenciado por Rousseau conhece a sua associação de pala O argumento que começámos a desenhar no capítulo da revisão teórica e substantiva da literatura, relaciona usos de drogas numa população não excluída socialmente como são os estudantes do ensino superior, com representações sociais induzidas pela palavra "droga".

De acordo com (Câmara, 1995:129) "Os factos linguísticos são resultado da vontade individual dos indivíduos", então, as metáforas associadas a "droga" podem-se constituir enquanto estudo das representações.

O ponto central da "droga" em termos de representações simbólicas reside na sua importância em termos de efectividade das políticas públicas e na importância dos valores e dos julgamentos sobre as drogas que são uma realidade socialmente construída e em mutação, do ponto de vista social, cultural e político. Certamente que aqui evidenciaremos pontos de conflitualidade nas atribuições à "droga", consonantes com os seus valores religiosos, por exemplo, com as suas experiências de uso das substâncias ou com o género.

Em termos políticos, os jovens universitários constituem-se como futuros líderes e como futuros decisores políticos e produtores de opinião, o que significa que as suas atitudes, as suas representações e os seus comportamentos em relação às drogas hoje, podem ter certamente importância na forma como vai evoluir o pensamento nesta área e as políticas sociais neste domínio no futuro.

Os riscos que a juventude enfrenta nas sociedades contemporâneas podem traduzir-se em oportunidades de fruição e também em novas formas de empreender a promoção da sua saúde, utilizando os conhecimentos e a inovação para se autodominarem. A evidência dos riscos para a saúde que podem derivar do consumo abusivo de substâncias psicoactivas pode ser transcrita e reintegrada como uma realidade social, uma realidade socialmente amplificada, ou uma realidade mitigada e parcialmente obnubilada pela escassez de informação. Reserva-se o direito individual da responsabilização colectiva pela manutenção da saúde como valor supremo, mas deixa - -se aos indivíduos a razão dos juízos de valor que enformam racionalidades não lineares de acordo com as suas práticas.

As associações entre as representações da "droga" e as suas relações com diversas substâncias podem ajudar a evidenciar pontos de intercepção do "real" pensado e praticado numa esfera privada ou pública restrita, em que os contextos e as relações com substâncias psicoactivas fazem parte de subculturas da juventude.

"Penso logo existo", ou "existo e, portanto, penso"? A interrogação de Descartes (1637), alterada por Damásio (1995) tem importância substantiva neste projecto. "*Cogito ergo sum*" aparece na tradução latina do trabalho escrito por Descartes, "Discours de la Méthode" (1637). O texto original era *Puisque je doute, je pense; puisque je pense, j'existe* e, em outro momento, *je pense, donc je suis*.



Ao invés, para Damásio (1995), o pensamento e a acção estão evidenciados na operação inversa: “Para nós, portanto, no princípio foi a existência e só mais tarde chegou o pensamento. E para nós, o presente, quando vimos ao mundo e nos desenvolvemos, começamos ainda por existir e só mais tarde pensamos. Existimos e depois pensamos e só pensamos na medida que existimos, visto o pensamento ser, na verdade, causado por estruturas e operações do ser.”

“Penso, logo existo”, ou “existo e logo penso”, são estruturas cognitivas importantes neste projecto porque os estudos de epidemiologia social descrevem as relações que as pessoas têm com as drogas: se são abstinentes, se são experimentadores ou se têm o uso ocasional regular das mesmas, mas não relacionam estas experiências existenciais com o seu pensamento, os seus juízos de valor e as suas representações, variáveis que podem evidenciar processos em mudança social, de forma mais significativa do que analisar demograficamente os aumentos ou decréscimos do consumo de determinadas substâncias isoladamente.

A metodologia de recolha de dados consistiu num inquérito por questionário anónimo e confidencial a uma amostra não probabilística de 6.792 estudantes do ensino superior que acederam a preencher um questionário sobre práticas de risco em relação à saúde nomeadamente relacionados com a sexualidade e com os usos de drogas lícitas e ilícitas. A recolha de dados consistiu ainda pela execução de sete entrevistas de grupo feitas a estudantes do ensino superior com o objectivo de encontrar o *eidos* construtivista que dá forma às categorias associadas à droga que conseguimos agrupar em *data mining* com os resultados do inquérito por questionário.

A análise dos dados implicou o tratamento qualitativo e quantitativo das três evocações induzidas à palavra “droga”. A análise quantitativa destes dados categóricos foi feita com tabelas de contingência e análise dos resíduos ajustados estatisticamente significativos entre as primeiras evocações à palavra “droga” e as práticas de consumo dos estudantes.

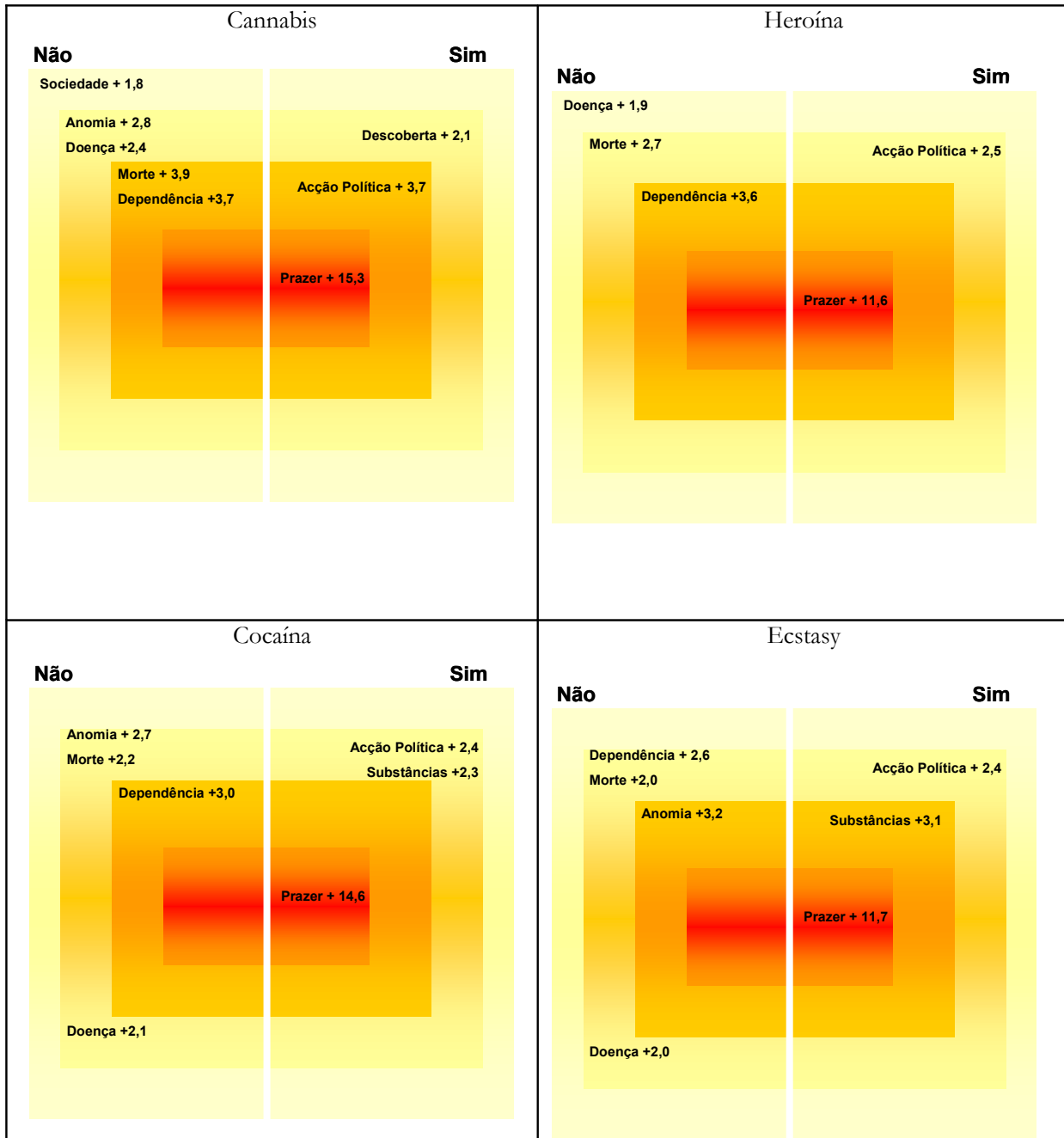


Figura 1 - Diagramas entre as Imagens da “Droga” (1ª evocação) e contacto com Substâncias Ilícitas

- 1º nível [> 7]
- 2º nível [6,9; 3,1]
- 3º nível [3;1,96]
- 4º nível [1,95;1,79] n.s.

A figura 2 evidencia as *distinções*, no sentido eu lhe é dado por Bourdieu, neste caso evidenciadas como estatisticamente significativas em termos de resíduos ajustados positivos entre consumidores e não consumidores de Cannabis, ou Cocaína, Heroína e Ecstasy.

Podemos verificar que prazer é referido por 14,2% dos consumidores de *cannabis*, enquanto entre os não consumidores esta categoria é referida apenas por 3,4%. Entre os consumidores de heroína é referida por



27,1% e nos não consumidores de heroína é referida por 5,6%. Entre os consumidores de cocaína, prazer é referido como associado à droga por 30% dos consumidores, enquanto entre os não consumidores esta percentagem é de 5,4%. Associar droga a prazer entre os consumidores de *ecstasy* é referido por 26,5% dos consumidores, enquanto entre os não consumidores apenas 5,6% associam droga a prazer.

Existem associações entre ter tido contacto com *cannabis*, ou heroína, ou cocaína, ou *ecstasy* com o prazer, como podemos constatar nos diagramas entre as imagens da droga e o contacto com substâncias ilícitas. Esta relação situa-se no nível que apresenta resíduos ajustados mais fortes.

O consumo de *cannabis* mostrou-se associado a prazer. A associação verifica-se também num segundo nível de análise juntamente a acção política e descoberta. Os 72,6% que não contactaram com a *cannabis* associam droga a dependência (RA +3,7), morte (+3,9), doença, anomia e sociedade. Este padrão de associações verbais é referido também pelos não consumidores de heroína, cocaína e *ecstasy*.

O contacto com drogas ilícitas e as primeiras evocações à palavra droga evidenciam que existem diferenças estatisticamente significativas entre o contacto com a *cannabis*, a heroína, a cocaína ou o *ecstasy* a $p < 0,05$, para cada uma das substâncias.

Podemos observar que ter tido experiência com algumas destas substâncias indicia que se associe mais do que seria de esperar droga a acção política e prazer. É de referir que descoberta é uma categoria mais referida do que seria de esperar pelos consumidores de *cannabis* e que rituais de uso ou substâncias é muito mais referido do que seria de esperar pelos consumidores de cocaína ou *ecstasy*.

A análise dos dados do inquérito e também a análise das entrevistas evidenciam um processo mimético, em que existe circularidade nas imagens associadas à droga, bem como um discurso circular e repetitivo nos argumentos construídos nas entrevistas para explicar o contexto dos consumos de drogas, ou os significados atribuíveis à palavra “droga”. Esta noção de mimesis, corroborada em Ricoeur, (1975) mostra que as mudanças nas cognições das representações mentais podem produzir alterações comportamentais. Assim, é importante perceber que os padrões de comportamento em relação ao uso de drogas são distintos entre consumidores que associam droga a prazer, descoberta, rituais de uso ou a substâncias. E entre os não consumidores as associações da droga são maioritariamente conotadas com anomia, dependência, doença e morte. As categorias de acção política, ou seja, a importância da intervenção, da prevenção, da reabilitação e dos sistemas normativos e jurídicos associados à droga é uma categoria muito mais referida pelos consumidores do que pelos não consumidores. A droga enquanto crime é uma categoria com representação marginal, e muito mais designada pelos não consumidores, o que é corroborado pelos estudos do grupo de Agra (2008).

O consumo de drogas feito por subculturas de jovens como lógica de integração juvenil cede o lugar de desvio, marginalidade e exclusão ao lugar da descoberta, do prazer e do lazer que as substâncias ilícitas podem ter para grupos cada vez mais amplos de jovens.

A amplitude epidemiológica revelada nos estudos feitos na Europa em meio escolar nas duas últimas décadas fizeram emergir a ideia de que os consumos regulares de álcool, tabaco, e *cannabis* são práticas do quotidiano dos jovens e fazem parte do seu estilo de vida. Estamos no final dos anos 90 e a palavra-chave para consumo de drogas entre os jovens é *insiders*, por oposição aos *outsiders* de Becker dos anos 60. Alguns autores chegam a evidenciar que vivemos num tempo de “normalização” dos consumos apesar da sua ilicitude e da questão da quebra de normas que isso implica.

Alguns autores como Shiner e Newborn (199) focam a importância das subculturas de integração a que pertencem parte dos jovens e focam a importância de olhar para a problemática das drogas numa lógica semiótica, dando particular ênfase à importância do significado, ou seja a estrutura de pensamento, às estruturas mentais e cognitivas das metáforas da droga.

A teoria emergente dos resultados evidencia que estamos em presença de dilemas nas políticas de saúde no que diz respeito à incerteza em relação ao risco para a saúde pelo consumo de drogas pelos indivíduos



que decidirem consumir drogas a par de outros riscos numa sociedade de inseguranças múltiplas. Este paradigma, que mitiga uma possibilidade de incerteza em relação à saúde entre muitos outros não evitáveis, ou até não previsíveis metamorfoseia a capacidade individual na gestão do risco. A responsabilidade individual e a promoção da saúde são um eixo onde a mudança cognitiva, o *empowerment* individual e social têm que ser equacionados como uma gestão global de riscos e responsabilidades sociais partilhadas. No dizer de Rawls (1971) em a Teoria da Justiça, podemos perceber que a liberdade individual para assumir os nossos riscos, não pode prejudicar terceiros. A saúde de todos como um bem comum implica uma co-responsabilidade social.

A liberdade individual não pode no entanto estar em colisão com os direitos e deveres sociais e as imagens associadas à droga apresentam que tanto os consumidores como os não consumidores revelam representações de moral e julgamento em relação às drogas que, podem ser enquadradas como atitudes de exclusão. Também aqui, as mudanças cognitivas podem favorecer o entendimento do “outro”.

Aumentar a visibilidade das representações e práticas e uso das drogas permite focar as políticas públicas no contexto da realidade pensada e vivenciada pelos actores sociais. A dissonância cognitiva entre a hiperdiabolização das drogas e por outro lado o prazer privado que elas conferem aos seus consumidores são representações sociais que fracturam e distinguem consumidores de não consumidores, como se de dois mundos se tratasse.

Bibliografia

- AGRA, Cândido (2008), *Entre droga e Crime*, Casa das Letras, Lisboa 2ª edição.
- AMARO, Fausto (2007), Metodologias Qualitativas: introdução à Grounded Theory, in *Comunicação e Marketing Político - Contributos Pedagógicos 2*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- BALSA, C., et al. (2001), *Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias psicoactivas na População Portuguesa*. 2001, Lisboa, CEOS/FCSH/UNL.
- BAUDRILLARD, J. (1988), *The Ecstasy of Communication*, New York: Semiotext (e).
- BECK, Ulrich (2000), "The cosmopolitan perspective: sociology of the second age of modernity", *British Journal of Sociology*, 50 (1).
- BECKER, Howard S. (1967), "History, Culture and Subjective Experience: An Exploration of the Social Bases of Drug-Induced Experiences", *Journal of Health and Social Behavior* 8:163-176.
- BERGER, Peter, e Thomas Luckmann (1966), *The social construction of reality*, New York, Anchor Books.
- BLACKMAN, Shane (2004), *Chilling Out, The Cultural politics of substance consumption, youth and drug policy*, Open University Press, McGraw-Hill Education, London.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction*. Minuit, Paris.
- CAMPA, Riccardo (2007), *The Travels and Adventures of Serendipity: A Study in Sociological Semantics and the Sociology of Science*, *International Sociology*, 22: 161-164.
- COELHO, Maria Zara (2004), *A droga de boca em boca: o papel dos preconceitos e das narrativas na retórica da rejeição*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.



- COXON, Tony (1999), *Sorting and used the method in a number of research projects*, University of Edinburgh, Sage, QASS Monograph Collection and Analysis, 07-127.
- DAMASIO, António (Fevereiro 2003), *Looking for Spinoza: Joy, Sorrow, and the Feeling Brain*, Harcourt.
- DERRIDA, J. (1993), The rhetoric of drugs: an interview, *Differences*, 5(1), pp. 1-25.
- DOISE, Willem, Alain Clemence e Fábio Lorenzi-Cioldi (1993), *The Quantitative Analysis of Social Representations*, Harvester Wheatsheaf, London.
- ECHEBARRIA ECHEVE, A., et al (1992), "Social Representation of Drugs, causal judgment and social perception", *European Journal of Social Psychology*, 22, 73-84.
- ESCOHOTADO, António (2004), *História Elementar das Drogas*, Antígona Editores Refractários, Lisboa, 1ª ed.
- FERREIRA, Pedro Moura, (2003) *Comportamentos de Risco dos Jovens*, In: *Conduitas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo*, Celta editora, Oeiras.
- FOUCAULT, M. (1980), *Power/Knowledge, Selected Interviews and Other Writings 1972-1977*, Harvest Press Limited, England.
- GOTTDEINER, M. (1995) *Postmodern Semiotics: Material Culture and the Forms of Postmodernirn Life*. Oxford:Blackwell
- IDT (2007), *Relatório Anual • 2006 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.
- KICKBUSCH, I. (2006), *Health governance: the health society*, In: Kickbusch, Health and Modernity: the theoretical foundations of health promotion. Palgrave, London.
- MEASHAM, F., R. Newcombe e H. Parker (1994), *The Normalization of Recreational Drug Use Amongst Young People in North-West England*, *British Journal of Sociology*, 45, 2, pp. 287-312.
- MOURÃO, Maria Vitória, J. Baptista e Jorge Torgal (2001), *Observatório ao Consumo de Substâncias Lícitas e Ilícitas em Estudantes do Ensino Superior em Portugal*, SCSP/CISCOS/IPDT.
- O'MALLEY, Pat, e Mariana Valverde (2004), *Pleasure, Freedom and Drugs*, The Uses of 'Pleasure' in Liberal Governance of Drug and Alcohol Consumption, In *Sociology*, Vol. 38, No. 1, 25-42, BSA Publications Ltd.
- PARKER, H., Lisa Williams, and, J. Aldridge (2002), The normalization of "sensible" recreational drug use: further evidence from the North West England Longitudinal Study, *Sociology*, Nov., 4, 36, pp. 941-964.
- PINTO, Carla (1998), *Empowerment: uma prática de serviço social*, Separata do Livro Política Social, ISCSP, Lisboa.
- PLUMMER, Ken (1997), *Telling Sexual Stories – power, change and social worlds*,. Routledge, London.
- RAWLS, John (1971), *A Theory of Justice*, Cambridge, Massachusetts, Belknap Press of Harvard University Press.
- RICOEUR, P. (1975), *La métaphore vive*. Paris, Editions de Senil, 1975.
- ROOM, Robin (1976), Ambivalence as a sociological explanation, *American Sociological Review*, 41:1047-1065.
- RUGGIERO, V. (1999), Drugs as a password and the law as a drug, in N. South (ed), *Drugs: Cultures, Controls and Everyday Life*, London, Sage.



- SHINER, Michael, e Tim Newburn (1997), Definitely, Maybe Not? The Normalisation of Recreational Drug Use amongst Young People, *Sociology*, 31, 3, Aug., pp. 511-529.
- SHINER, Michael, e Tim Newburn (1999), Taking tea with Noel: the place and meaning of drug use in everyday life, in N. South (ed.), *Drugs: Cultures, Controls and Everyday Life*, London, Sage.
- SONTAG, S. (1990), *Illness as a metaphor Aids and its metaphors*, Penguin Books, London.
- SOUSA SANTOS, Boaventura (2002), *Risco Social e incerteza, Pode o Estado Social Recuar Mais?*, Coleção A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização/3, Edições Afrontamento, Porto.
- SOUTH, N. (1999), Debating drugs and everyday life: normalization, prohibition and “otherness”, in N. South (ed.), *Drugs: Cultures, Controls and Everyday Life*, London, Sage.
- SOUTH, N. (2000), Drug Diplomacy in the Twentieth Century: An International History, *British Journal of Criminology*, London.
- TORRES, Anália Cardoso et al. (2001), Trajectórias e Consumos de Drogas nas Prisões: um Diagnóstico, Relatório Final, Lisboa, CIES/ISCTE.
- ZINN, Jens O. (2008), *Social Theories of Risk and Uncertainty, An Introduction*, Blackwell Publishing.